

## UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO RURAL PELOS AGRICULTORES DE BAIXA RENDA DO SERTÃO CENTRAL DO CEARÁ

---

José Valdeci Biserra (\*)

### SINOPSE

O objetivo principal deste trabalho é o de analisar a utilização do crédito disponível pelos agricultores de baixa renda do Canindé (CE). Os dados foram obtidos da amostra de agricultores, entrevistados em 1975, que constaram do projeto "Alternativas de Desenvolvimento para grupos de Baixa Renda na Agricultura Brasileira".

A metodologia usada foi, basicamente, a análise tabular e descritiva. Os resultados confirmam a reduzida utilização do crédito institucional quer pelos produtores de baixa renda quer pelos parceiros. Cerca de 40 por cento dos agricultores recorrem ao crédito não institucional e a cooperativa agrícola é citada como a principal fonte de crédito institucional. Como sugestões de política para incrementar o uso do crédito rural, cita-se o fortalecimento da cooperativa agropecuária e propõe-se o estabelecimento de acordos entre o Banco do Nordeste e o serviço de extensão.

### SUMMARY

The major objective of this study is to analyze the use of credit available to low income farmers in Canindé (CE). Data was obtained from a sample interviewed in 1975 from participants of a project entitled "Department Alternatives for low Income groups in Brazilian Agriculture."

The methodology was tabulation and descriptive interpretation of the results. The results showed reduced use of institutional credit by small farm owners and share croppers. About 40% of the sample used non institutional credit and an Agricultural cooperative was the major source of the institutional credit.

The study recommends strengthening of cooperatives and establishing agreements between Banco do Nordeste and the Extension Service as the best means of increasing the use of institutional credit.

---

(\*) Professor, a nível de Assistente, do Departamento de Economia Agrícola do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará.

---

R. Econ. Rural	Brasília	v. 16	n. 1	p. 51-69	jan./mar. 1978
----------------	----------	-------	------	----------	----------------

---

## **UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO RURAL PELOS AGRICULTORES DE BAIXA RENDA DO SERTÃO CENTRAL DO CEARÁ**

---

José Valdeci Biserra

### **1. INTRODUÇÃO**

Ultimamente, os órgãos de planejamento, pesquisa e extensão têm se preocupado bastante com os grupos de baixa renda na agricultura brasileira, na tentativa de ajudá-los a vencer a inconveniente situação econômica e social em que vivem.

Na realidade esses grupos, que correspondem a aproximadamente 80% da população economicamente ativa do setor primário, representam verdadeiros "bolsões de pobreza rural", dedicando-se, predominantemente, ao cultivo de produtos de subsistência, tais como arroz, feijão, milho e mandioca (10).

No Nordeste, além dos produtos de subsistência, dos quais retêm boa parte para consumo próprio, os agricultores de baixa renda cultivam também o algodão, provavelmente o único produto que, juntamente com os excedentes comercializáveis dos produtos tradicionais, proporcionam rendas para os investimentos e aquisição dos insumos indispensáveis ao processo produtivo.

Outra característica importante do grupo de baixa renda, não só no Nordeste, mas em todo o setor agrícola brasileiro, é que, em geral, são minifúndios ou agricultores sem terras. Como consequência, eles recebem pouco crédito rural, pois raramente possuem as garantias que o sistema bancário exige.

Dada a discriminação que sofrem em relação ao crédito institucional, os agricultores de baixa renda são forçados a recorrer a empréstimos não institucionais, na maioria das vezes em condições desfavoráveis, para equilibrar suas limitações de capital (2).

Além disso, em virtude do reduzido volume de produção individual, esses agricultores são, até certo ponto, ignorados pelo sistema de preços mínimos, não absorvendo suas vantagens e garantias. Contrariamente, eles enfrentam sérios problemas na comercialização de seus produtos, sujeitando-se, inclusive, à especulação dos intermediários (10) e (4).

Estes aspectos, aliados ao baixo nível tecnológico empregado na produção, conduzem o grupo de produtores a uma situação de pobreza, caracterizada por baixos níveis de renda e saúde, desnutrição, reduzida capacidade de poupança, etc.

Ao que parece, o mais importante é que esse grupo não tem, por si só, condições de sair da incômoda situação de pobreza em que vive e trabalha, merecendo, dessa forma, forte apoio para vencer o desafio de tornar a mão-de-obra mais produtiva e transformar a atual agricultura de subsistência numa agricultura comercial e produtiva.

É evidente que qualquer tentativa para “quebrar” este sistema <sup>1/</sup> e, logicamente, propiciar maiores níveis de investimentos, melhor utilização da mão-de-obra e dos insumos modernos, exigirá, sem dúvida, a participação conjunta de uma série de políticas agrícolas, tais com crédito rural, preços mínimos, armazenagem e extensão, entre outras.

Embora essas políticas devam intervir de forma coerente e simultânea, deve-se destacar, devido ao atual baixo nível de poupança, a de crédito rural, por ser o instrumento pelo qual os pequenos proprietários e os agricultores sem terras podem obter os recursos necessários ao custeio das operações agrícolas e aos investimentos indispensáveis a essa transformação.

### 1.1. Objetivos

O objetivo maior deste trabalho é analisar vários aspectos da utilização do crédito pelos agricultores de baixa renda do município de Canindé, no Sertão Central do Ceará. Além disso, tentar-se-á, através da utilização de resultados de pesquisas semelhantes ou afins realizadas em outros municípios do Estado, identificar e analisar problemas relativos ao uso do crédito rural e, tanto quanto possível, apresentar sugestões de políticas que possam eliminar ou atenuar seus efeitos.

Especificamente pretende-se:

- (a) Identificar as várias fontes de crédito (inclusive compras a prazo), suas proporções no volume total de crédito e as respectivas condições de pagamento, por grupos de produtores;
- (b) Estimar a distribuição do crédito entre as alternativas de uso (investimento, custeio, consumo, etc.), por grupos de produtores;
- (c) Analisar o comportamento do uso do crédito nessas alternativas, considerando agricultores com e sem terras;
- (d) Identificar e analisar os principais problemas pertinentes à utilização de crédito pelos agricultores de baixa renda;
- (e) Sugerir diretrizes de políticas agrícolas que possam eliminar ou atenuar os efeitos desses problemas.

## 2. MATERIAL E MÉTODO

### 2.1. A Área de Estudo

A área do estudo é a representada pelo município de Canindé, localizado no Sertão Central do Ceará, distando, aproximadamente, 108 km da capital, por estrada recentemente asfaltada.

Não diferindo do Nordeste como um todo, a população de Canindé conta com reduzidas alternativas de emprego e com uma agricultura sujeita a um clima de incertezas em decorrência das irregularidades das precipitações pluviométricas (7).

---

1/ Trata-se, na verdade, de um ciclo vicioso de pobreza, no qual os agricultores de baixa renda são pobres porque não investem, e não investem porque são pobres e sem maiores possibilidades para obterem recursos externos.

Predominam, na região, pequenas propriedades e acordos verbais de parceria e arrendamento e os solos não são de boa fertilidade (7).

A agricultura representa o principal suporte econômico do município, sendo o algodão, o milho e o feijão, os produtos que apresentam maiores contribuições em termos de valor da produção (5).

Além do consórcio básico algodão/milho/culturas de subsistência e pecuária, outros produtos, tais como arroz, mandioca, mamona, abóbora e fava também são produzidos, porém sem grande expressão econômica para o município (5).

Em termos de infraestrutura, o município conta com uma agência do Banco do Nordeste do Brasil, uma cooperativa agrícola de produção e consumo, um escritório local do serviço de extensão e duas usinas de beneficiamento de algodão, sendo uma pertencente à cooperativa.

## 2.2. Material

Os dados básicos utilizados neste trabalho referem-se ao ano agrícola 1974/75. Foram retirados do terceiro levantamento de campo efetuado em Canindé, pelo Departamento de Economia Agrícola, para atender ao projeto "Alternativas de Desenvolvimento para Grupos de Baixa Renda na Agricultura Brasileira".<sup>2/</sup>

A análise da amostra evidenciou a existência de 10 observações para as quais os entrevistados eram, além de pequenos proprietários, parceiros ou arrendatários. Na maioria dos trabalhos desenvolvidos com os mesmos dados, essas observações foram tratadas como de proprietários ou de parceiros, dependendo do percentual de renda proveniente de uma ou outra atividade.

Neste trabalho, contudo, resolveu-se analisar, separadamente, esse grupo, tentando investigar possíveis diferenças entre ele e os demais.

Dessa forma, o número total de entrevistas, bem como as referentes a cada grupo que compõe essa amostra, pode ser observado no quadro 1.

QUADRO 1 — Número total de entrevistas e sua distribuição por grupos de produtores, Município de Canindé (CE), 1974/75.

Grupos de Produtores	Número de Entrevistados
Proprietários	51
Parceiros	57
Proprietários/Parceiros	10
<b>T O T A L</b>	<b>118</b>

2/ Trata-se de um projeto de pesquisa, a nível nacional, que vem sendo desenvolvido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) da Universidade de São Paulo, com a participação do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Escola Superior de Agricultura "LUIZ DE QUEIROZ", Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura de São Paulo, Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, Centro de Estudos Rurais da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, Departamento de Economia Agrícola da Universidade Federal do Ceará, assessorada pelo Department of Agricultural Economics da Purdue University, com apoio financeiro da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA).

Além dos dados básicos, utilizou-se, também resultados de outras pesquisas para auxiliar na identificação dos principais problemas na utilização do crédito rural pelos agricultores de baixa renda.

### 2.3. Métodos

A metodologia utilizada foi, basicamente, a de análise tabular e descritiva. Assim, diversas tabelas foram elaboradas na tentativa de investigar o uso da terra, a magnitude das rendas, a capacidade de poupança e aspectos relativos ao uso do crédito rural para os diversos grupos de produtores.

## 3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 3.1. Características dos Estabelecimentos Estudados

Apresentam-se, a seguir, algumas características dos agricultores entrevistados. A finalidade dessa análise é fornecer maior conhecimento da agricultura do município e conseguir informações que facilitem a análise de aspectos relevantes do crédito rural.

Com relação à disponibilidade total de terras, por exemplo, verifica-se que os proprietários/parceiros, apesar das terras que arrendam de outros, dispõem, em média, de pouco mais de 50% do total de terras disponíveis pelos proprietários. Os parceiros utilizam apenas 7,17 ha, sendo, como esperado, os que menos dispõem deste importante fator de produção (quadro 2).

**QUADRO 2 – Área total (em ha) e sua distribuição segundo os usos, por grupos produtores, Município de Canindé (CE), 1974/75; média por produtor**

Grupos de Produtores	Total	Culturas	Pastagens	Matas	Impróprias	Outras Áreas
Proprietários	36,34 (100,0)	6,74 (18,55)	4,76 (13,10)	19,28 (53,05)	4,88 (13,46)	0,68 (1,87)
Parceiros	7,17 (100,0)	5,98 (83,40)	0,44 (6,14)	0,35 (4,88)	0,38 (5,30)	0,02 (0,28)
Proprietários/Parceiros	19,26 (100,0)	9,51 (49,38)	3,48 (18,07)	4,44 (23,05)	1,83 (9,50)	— —

Nota: Os valores entre parênteses representam o percentual em relação ao total

Fato importante a destacar, na utilização de terras pelos agricultores de baixa renda do município em estudo, é que os proprietários dedicam apenas 18,6% de suas terras às culturas, percentual bastante reduzido, principalmente se considerarmos o total de terras disponíveis. Contrariamente, os parceiros, talvez como consequência

dos contratos de parceria, obrigando-os a cultivar o algodão e culturas de subsistência, utilizam mais de 83% das terras por eles exploradas, em culturas.

Em termos absolutos, contudo, são os proprietários/parceiros os que mais dedicam terras às culturas, com aproximadamente 9,5 ha. Embora não se saiba ao certo as razões que levam esse grupo de produtores a se dedicar quase exclusivamente à agricultura, é possível que as restrições impostas pelos proprietários que lhes arrendam terras estejam influenciando em suas decisões, a exemplo do que acontece com os parceiros.

Os proprietários e proprietários/parceiros possuem, em média, áreas praticamente iguais em pastagens. Considerando, entretanto, que as matas, em geral "capoeiras" em descanso, podem ser utilizadas, em certas épocas do ano, como suporte à pecuária extensiva, é possível que exista diferença entre esses grupos de produtores quanto à magnitude da exploração pecuária.

Outro aspecto a destacar no quadro 2 é que os proprietários possuem, em média, aproximadamente, 19 ha em matas, o que facilitaria qualquer programa de expansão da área com culturas e/ou com pastagens. Quanto aos proprietários/parceiros e parceiros, verifica-se que eles teriam, possivelmente, sérias limitações de terras se tentassem expandir essas atividades.

O quadro 3 apresenta outras características importantes dos agricultores entrevistados. Observa-se, inicialmente, que as despesas com mão-de-obra são muito baixas para todos os grupos de produtores, especialmente, para os parceiros.

A esse respeito, supondo, por exemplo, uma diária média na região de aproximadamente Cr\$ 10,00, os proprietários, grupo que mais contrata esse fator de produção, contrataria pouco mais de 61 dias/homens por ano, o que indica uma agricultura tipicamente familiar, onde a oferta doméstica do fator trabalho seria suficiente para as necessidades dos agricultores.

Outro aspecto relevante do quadro 3 é que, em termos de renda bruta por hectare, efetivamente explorado, são os parceiros que apresentam os melhores resultados. Não se computando as despesas com arrendamento <sup>3/</sup>, são ainda os parceiros que possuem os melhores resultados. Considerando os mesmo índices de desempenho, seguem-se-lhes, em ordem de importância, os proprietários/parceiros com renda líquida por hectare da ordem de Cr\$ 705,00, em média.

É possível que os melhores resultados econômicos apresentados pelos parceiros e proprietários/parceiros devam-se ao uso mais intensivo da terra, aos melhores tratamentos dispensados às suas culturas e, provavelmente, à maior produtividade do trabalho, quando realizado em suas próprias glebas.

---

3/ Foi considerado, metodologicamente, mais correto, principalmente se o objetivo é comparar os diferentes grupos de produtores. Assim, as rendas líquidas consideradas destinam-se, para todos os grupos, a remunerar, basicamente a terra e o empresário.

**QUADRO 3 – Rendas bruta e líquida, e outras características dos estabelecimentos estudados, por grupos de produtores, Município de Canindé (CE), 1974/75.**

Itens	Unidade	Grupos de Produtores		
		Proprietários	Parceiros	Proprietários/Parceiros
Renda Bruta	(Cr\$)	8.109,06	5.145,61	10.164,00
Área Efetivamente Explorada	(ha)	11,51	6,43	12,09
Despesas Com Mão-de-obra	(Cr\$)	621,96	102,98	396,50
Despesas Correntes <sup>1/</sup>	(Cr\$)	1.249,70	1.299,16	1.543,00
Renda Líquida na Unidade de Produção <sup>2/</sup>	(Cr\$)	6.859,36	3.846,45 <sup>4/</sup>	8.621,00 <sup>4/</sup>
Remuneração do Trabalho Assalariado na Agricultura	(Cr\$)	155,85	1.802,43	259,90
Renda Líquida na Agricultura <sup>3/</sup>	(Cr\$)	7.015,21	5.648,88	8.880,90
Renda Bruta/Hectare	(Cr\$/ha)	704,52	800,25	782,45
Renda Líquida na Unidade de Produção/Hectare	(Cr\$/ha)	595,95	598,20 <sup>5/</sup>	663,66 <sup>5/</sup>

<sup>1/</sup> Despesas com mão-de-obra contratada, transporte, aluguel de máquinas, arrendamento, amortizações, sementes e despesas com animais.

<sup>2/</sup> Renda Bruta – Despesas Correntes.

<sup>3/</sup> Renda Líquida na unidade de produção + remuneração ao trabalho assalariado na agricultura.

<sup>4/</sup> Não se computando as despesas com arrendamento, as rendas líquidas seriam, respectivamente, Cr\$ 4.745,52 e Cr\$ 9.160,41.

<sup>5/</sup> Não se computando as despesas com arrendamento, essas variáveis seriam, respectivamente, Cr\$ 738,03 e Cr\$ 705,19 para parceiros e proprietários/parceiros.

### 3.2. Análise do Crédito Rural

Observa-se, no quadro 4, que apenas cerca de 12% dos proprietários pertencentes ao grupo de baixa renda do município de Canindé usam crédito institucional, percentual muito baixo, quando comparado com resultados encontrados por BISERRA (2), para pequenos proprietários do município de Missão Velha, Estado do Ceará.

QUADRO 4 – Usuários do crédito e compras a prazo, por grupos de produtores, Município de Canindé (CE), 1974/75.

Grupos de Produtores	Número de Observações	Número de Usuários		
		Crédito institucional	Crédito não-institucional	Compras a prazo
Proprietários	51	6 (11,76)	17 (33,33)	2 (3,92)
Parceiros	57	— —	23 (40,35)	12 (21,05)
Proprietários/parceiros	10	5 (50,0)	6 (60,0)	— —

**Notas:** (1) A soma do pequeno número de usuários nas diversas modalidades de crédito não coincide com o número de observações, porque alguns utilizam mais de uma dessas modalidades.

(2) Os valores entre parênteses representam o percentual em relação ao número de observações.

O crédito não-institucional, por outro lado, em termos de número de usuários, parece mais freqüente entre os agricultores do município, onde aproximadamente 33% dos proprietários usam este tipo de crédito.

Aspecto bastante interessante apresentado no quadro 4 é que os proprietários/parceiros são bem mais agressivos que os proprietários, no mercado de crédito: 50% usam crédito institucional.

Mesmo com relação ao crédito não-institucional, ainda em termos de número de usuários, os proprietários/parceiros levam nítida vantagem sobre todos os outros grupos de produtores, sobrepujando inclusive, os parceiros, grupo que obtém apenas crédito informal.

Com referência às compras a prazo, verifica-se que elas são pouco freqüentes entre os agricultores do município, pois apenas os parceiros as utilizam com certa intensidade. Esse resultado, contudo, deve ser visto com elevada cautela, pois é bastante provável que ele esteja subestimado devido a falhas no questionário.

Mesmo assim, as compras a prazo representam cerca de 11% do crédito total recebido pelos parceiros (quadro 5).



**QUADRO 5 – Distribuição do crédito total segundo os tipos, por grupos de produtores, Município de Canindé (CE), 1974/75, média por produtor (Cr\$ 1,00).**

Grupos de Produtores	Total	Institucional	Não-institucional	Compras a Prazo
Proprietários	579 (100,0)	416 (71,85)	162 (27,98)	1 (0,17)
Parceiros	179 (100,0)	– –	159 (88,83)	20 (11,17)
Proprietários/Parceiros	4.068 (100,0)	3.943 (96,93)	125 (3,07)	– –

**Nota:** Os valores entre parênteses representam o percentual em relação ao total

Ainda de acordo com o quadro 5, observa-se que o crédito formal representa 72% do crédito total recebido pelos proprietários. Contudo, o fato mais importante apresentado nesse quadro é que os proprietários/parceiros obtêm cerca de 9 vezes mais crédito que os proprietários, sendo quase todo (aproximadamente 97%) de fontes institucionais. Isso é mais uma evidência de que os proprietários/parceiros são bem mais agressivos no mercado de crédito formal e talvez, como consequência, é que usam crédito não-institucional com menor intensidade.

A análise comparativa dos quadros 4 e 5 permite concluir que o crédito não-institucional, apesar de ser o mais freqüente entre todos os grupos de produtores, participa apenas, moderadamente, no volume total de crédito recebido pelos agricultores, tendo significância maior, apenas para os parceiros que, como se viu, não obtêm crédito formal.

Mesmo não tendo uma participação muito elevada, a freqüência desse tipo de crédito evidencia, de certa forma, escassez ou distorções na oferta de crédito formal, o que obriga muitos agricultores, especialmente proprietários e parceiros, a sanarem suas limitações financeiras através de terceiros.

O quadro 6 apresenta a intensidade de uso de crédito, medida em termos de crédito por hectare. Observa-se que os proprietários/parceiros são os que mais usam crédito, com Cr\$ 313,00 por hectare efetivamente explorado. Por outro lado, como esperado, são os parceiros que utilizam crédito em menor intensidade.

**QUADRO 6 – Crédito total por hectare efetivamente explorado, por grupos de produtores, Município de Canindé (CE), 1974/75, média por produtor.**

Grupo de Produtores	Crédito Total Por Hectare (Cr\$/ha)
Proprietários	50
Parceiros	28
Proprietários/Parceiros	313

A menor utilização de crédito por parte dos parceiros envolve uma série de razões, destacando-se, entre elas, a não posse da terra e a instabilidade como parceiro que, por um lado, barra suas pretensões ao crédito formal e, por outro lado, não lhes encontram investimentos e despesas operacionais maiores.

Desta forma, conforme BISERRA (2), qualquer problema de crédito que vise alcançá-los, deve considerar esses aspectos, principalmente o da instabilidade, promovendo ou incentivando contratos de parceria mais elásticos e fixos.

Ademais, a baixa utilização de crédito por hectare efetivamente explorado, associada aos baixos níveis de poupança comum entre os agricultores de baixa renda, dificulta a adoção de novas tecnologias e conduz a problemas no processo de comercialização.

Com relação à comercialização, o pouco acesso ao crédito formal e as necessidades de capital conduzem muitos agricultores a venderem razoável parcela da produção logo após a colheita, quando os preços são evidentemente baixos, com largos reflexos negativos em suas rendas.

Além disso, como consequência dos empréstimos não-institucionais que os agricultores são obrigados a contrair para "completar" o montante de capital indispensável às atividades produtivas e dos acordos feitos com os credores, não raro os agricultores são forçados a comercializar parte da produção, especialmente o algodão, com intermediários e/ou "bodegueiros" locais, logo após a colheita, também a preços desfavoráveis (2), (4) e (6).

### 3.2.1. As Fontes do Crédito

A cooperativa agrícola do município desempenha importante papel como fonte de crédito institucional contribuindo com 52% e 42% do total de recursos recebidos pelos proprietários/parceiros e proprietários, respectivamente (quadro 7).

**QUADRO 7 – Distribuição do crédito institucional segundo as fontes, por grupos de produtores, Município de Canindé (CE), 1974/75; (Cr\$ 1,00).**

Grupos de Produtores	Total	Banco do Brasil de Maranguape	Banco do Nordeste	Cooperativa de Canindé
Proprietários	21.197 (100,0)	8.000 (37,7)	4.300 (20,3)	8.897 (42,0)
Parceiros	— —	— —	— —	— —
Proprietários/Parceiros	39.431 (100,0)	18.900 (47,9)	— —	20.531 (52,1)

**Nota:** Os valores entre parênteses representam o percentual em relação ao total.

O Banco do Nordeste atende apenas aos proprietários, fornecendo cerca de 20% do total de crédito formal obtido por esse grupo de produtores.

Convém esclarecer, contudo, que a baixa participação direta do Banco do Nordeste, única agência bancária no município, no volume total de crédito recebido pelos agricultores locais, é uma consequência lógica da política adotada por essa instituição,

quando transfere recursos para a cooperativa, com a qual mantém estreito intercâmbio financeiro, para repasses aos agricultores.

Tal política, além de fortalecer e estimular o sistema cooperativista, visa atender a um maior número de agricultores e isentá-los da pesada burocracia bancária.

O Banco do Brasil, através de sua agência localizada no município de Maranguape, a aproximadamente 102 km da área em estudo, é a segunda maior fonte de crédito institucional, contribuindo com cerca de 44% do total de crédito recebido pelos agricultores de baixa renda do município de Canindé.

A elevada participação do Banco do Brasil, no volume de crédito obtido pelos agricultores de Canindé, é explicada pelos "convênios" existentes entre essa instituição e o serviço de extensão rural e pela própria tradição que alguns produtores têm em operar com o Banco do Brasil.

Assim sendo, seria da maior conveniência que convênios ou acordos semelhantes fossem firmados entre o Banco do Nordeste e o serviço de extensão. Tais acordos induziriam, sem dúvida, à maior expansão na utilização de créditos, bem como reduziriam bastante os custos dos empréstimos contraídos em Maranguape pelos agricultores de Canindé.

A partir do quadro 8, infere-se que os parentes e/ou amigos representam a principal fonte de crédito não-institucional, especialmente para os proprietários, quando contribuem com aís de 98% do total de crédito informal recebido por esses produtores.

**QUADRO 8 — Distribuição do crédito não-institucional, segundo as fontes, por grupos de produtores, Município de Canindé (CE), 1974/75; (Cr\$ 1,00)**

Grupos de Produtores	Total	Proprietários	Vizinhos	Amigos e/ou Parentes	Comer- ciantes	S.R.
Proprietários	8.240 (100,0)	— —	— —	8.090 (98,2)	150 (1,8)	— —
Parceiros	9.085 (100,0)	3.975 (43,8)	— —	5.110 (56,2)	— —	— —
Proprietários/Parceiros	1.250 (100,0)	50 (4,0)	100 (8,0)	450 (36,0)	— —	650 (52,0)

**Nota:** Os valores entre parênteses representam o percentual em relação ao total.

Para os parceiros, grupo que não recebe crédito formal, aproximadamente 43% do crédito recebido provém dos proprietários. Embora não representem a principal fonte de crédito para os parceiros, a elevada participação dos proprietários, no volume total de recursos obtidos por esses agricultores, demonstra forte dependência dos parceiros não só em termos de terra, mas também, na obtenção de recursos financeiros.

Considerando as compras a prazo como um tipo especial de crédito, os comerciantes seriam para os proprietários, a principal fonte (quadro 9).

**QUADRO 9 – Distribuição das compras a prazo, segundo as fontes, por grupos de produtores, Município de Canindé (CE), 1974/75; (Cr\$ 1,00).**

Grupos de Produtores	Total	Comerciantes	Cooperativa, Associação e Sindicatos	Proprietário	Outros
Proprietários	72,80 (100,0)	72,80 (100,0)	— —	— —	— —
Parceiros	1.108,75 (100,0)	92,00 (8,3)	16,00 (1,4)	— —	1.000,75 (90,3)
Proprietários/Parceiros	— —	— —	— —	— —	— —

Nota: Os valores entre parênteses representam o percentual em relação ao total.

Convém esclarecer, mais uma vez, que os resultados referentes às compras a prazo estão subestimados e falhos, não sendo possível, inclusive, identificar, com clareza, a principal fontes desse tipo de crédito para os parceiros.

### 3.2.2. Os Prazos

O quadro 10 mostra a distribuição do crédito institucional, segundo os prazos. Verifica-se que, para os proprietários, cerca de 87% do valor dos empréstimos têm, no máximo, um ano de prazo. Para o restante, aproximadamente 13%, não foi possível obter respostas conclusivas a esse respeito.

**QUADRO 10 – Distribuição do crédito institucional segundo os prazos, por grupos de produtores, Município de Canindé (CE), 1974/75; (Cr\$ 1,00).**

Grupos de Produtores	Total	Prazos (meses)			
		(Até 6]	(6 – 12]	(12 – 24]	S. R.
Proprietários	21.197 (100,0)	500 (2,4)	18.035 (85,0)	— —	2.662 (12,6)
Parceiros	— —	— —	— —	— —	— —
Proprietários/parceiros	39.431 (100,0)	1.821 (4,6)	26.320 (66,8)	1.000 (2,5)	10.290 (26,1)

Nota: Os valores entre parênteses representam o percentual em relação ao total.

Para os proprietários/parceiros a situação não é muito diferente. Aproximadamente, 71% dos empréstimos recebidos têm, também, no máximo, um ano de prazo.

Embora cerca de 26% do valor dos financiamentos institucionais obtidos pelos proprietários/parceiros não tenham prazos conhecidos, a informação de que, para todos os grupos de produtores, mais de 70% dos empréstimos têm, no máximo, um ano de prazo, permite concluir que os agricultores de baixa renda, talvez por terem baixa capacidade de poupança e/ou por serem aversos ao risco <sup>4/</sup>, conseguem, praticamente, apenas financiamentos típicos de custeio.

Dessa forma, é bastante provável que as atividades de investimento entre esses agricultores sejam reduzidas e, quando realizadas, que se trate de investimentos de baixo custo e de fácil monetização.

Com referência ao crédito informal observa-se, no quadro 11, tratar-se, exclusivamente, de financiamentos de curto prazo e, portanto, provavelmente de custeio, cujos vencimentos não ultrapassam a um ano, pois, mesmo os de prazo indeterminado são, em geral, quitados com a venda da produção agrícola.

**QUADRO 11 – Distribuição do crédito não-institucional, segundo os prazos, por grupos de produtores, Município de Canindé (CE), 1975/75; (Cr\$ 1,00)**

Grupos de Produtores	Total	Prazos (meses)				Indeterminado
		(até 3]	(3 – 6]	(6 – 9]	(9 – 12]	
Proprietários	8.240 (110,0)	1.280 (15,5)	1.860 (22,5)	1.500 (18,2)	— —	3.600 (43,8)
Parceiros	9.085 (100,0)	900 (9,9)	1.675 (18,4)	3.300 (36,5)	670 (7,3)	2.540 (27,9)
Proprietários/Parceiros	1.250 (100,0)	150 (12,0)	650 (52,0)	— —	— —	450 (36,0)

**Nota:** Os valores entre parênteses representam o percentual em relação ao total.

Observa-se, ainda, no quadro 11, que a maior parte dos empréstimos obtidos pelos parceiros vencem com mais de 6 meses, portanto, em torno da época da colheita do algodão, principal fonte de renda desses agricultores.

Analisando-se, detalhadamente, os dados do quadro 11, verifica-se que o escalonamento dos débitos não-institucionais feitos pelos agricultores de baixa renda está relacionado com os períodos de colheita dos principais produtos agrícolas, no caso, o feijão, o milho e o algodão.

<sup>4/</sup> Com relação à aversão ao risco, DILLON e MESQUITA (3) concluíram que, em média, os agricultores de baixa renda são aversos ao risco e que essa aversão aumenta à proporção que o nível de subsistência dos agricultores fica mais comprometido ou ameaçado.

Esse fato, como já foi visto, leva muitos agricultores, por não terem outros recursos, a venderem parte da produção logo após a colheita, quando os níveis de preços são baixos, para quitarem tais compromissos.

### 3.2.3. As Taxas de Juros

O quadro 12 apresenta a distribuição do crédito não-institucional, segundo as taxas de juros cobradas <sup>5/</sup>. Verifica-se que aproximadamente 48% do crédito informal recebido pelos parceiros têm taxas de juros nula. Para os proprietários e proprietários/parceiros esse percentual atinge, respectivamente, 33% e 16%.

**QUADRO 12 – Distribuição do crédito não-institucional, segundo as taxas de juros, por grupos de produtores, Município de Canindé (CE), 1974/75; (Cr\$ 1,00).**

Grupos de Produtores	Total	Taxas de Juros (% a. a.)					
		Nula	Desconhecida	(1 – 50]	(50 – 100]	(100 – 150]	(> 150)
Proprietários	8.240 (100,0)	2.720 (33,0)	2.110 (25,6)	2.150 (26,1)	1.160 (14,1)	100 (1,2)	–
Parceiros	9.085 (100,0)	4.360 (48,0)	1.185 (13,0)	850 (9,4)	490 (5,4)	1.600 (17,6)	600 (6,6)
Proprietários/Parceiros	1.250 (100,0)	200 (16,0)	550 (44,0)	–	500 (40,0)	–	–

**Nota:** os valores entre parênteses representam o percentual em relação ao total.

Embora razoável parcela do crédito não-institucional recebido pelos agricultores de baixa renda tenha taxa de juros nula, para o restante, contudo, elevados juros são cobrados, sendo comum para todos os grupos de produtores taxas acima de 50% ao ano.

Ressalte-se, além disso, que, se se computar a “perda” de renda provocada pela venda de parte da produção, logo após a colheita, quando os preços são baixos para quitar tais empréstimos, as “verdadeiras” taxas de juros seriam bem mais elevadas que as apresentadas no quadro 12.

### 3.2.4. As Alternativas de Uso

O quadro 13, que apresenta a distribuição do crédito institucional entre as alter-

<sup>5/</sup> Um quadro semelhante para crédito formal não foi elaborado, porquanto se sabe que esta modalidade de crédito obedece a padrões institucionais, onde as taxas cobradas variam apenas em função do prazo, valor e finalidade do empréstimo. O mesmo acontece para as compras a prazo, porque, em geral, os preços dos objetos adquiridos são apresentados em termos globais (inclusive juros), sendo, portanto, quase impossível informações corretas a respeito da taxa de juros.

nativas de uso, demonstra que, cerca de 71% do crédito formal recebido pelos proprietários. são aplicados em atividades de investimento.

**QUADRO 13 – Distribuição do crédito institucional entre alternativas de uso, por grupos produtores, Município de Canindé (CE), 1974/75; (Cr\$ 1,00).**

Grupos de Produtores	Total	Investimento	Custeio	Consumo
Proprietários	21.197 (100,0)	15.035 (70,9)	3.162 (14,9)	3.000 (14,2)
Parceiros	— —	— —	— —	— —
Proprietários/Parceiros	39.431 (100,0)	1.821 (4,6)	31.160 (80,2)	6.000 (15,2)

Nota: Os valores entre parênteses representam o percentual em relação ao total.

Esse resultado vai de encontro aos apresentados no quadro 10, onde se conclui que mais de 87% do crédito institucional recebido por este grupo de produtores têm, no máximo, um ano de prazo e, portanto, típico de custeio.

A análise comparativa entre os quadros 10 e 13, no entanto, apoia a hipótese de que tais investimentos sejam de baixo custo e de fácil capitalização.

Ainda com relação aos proprietários, observa-se que apenas 14,9% do total de crédito institucional recebido destinam-se ao custeio das operações agrícolas. Trata-se, evidentemente, de um percentual muito baixo, sobretudo se se considerar que, em média, as despesas correntes anuais desses agricultores giraram em torno de Cr\$ 1.250,00 (quadro 3) <sup>6/</sup>, o que os obriga a utilizarem ponderável parcela de recursos próprios e/ou crédito informal para constituírem o total de capital indispensável ao custeio das operações agrícolas.

Para os proprietários/parceiros, a distribuição se faz de forma bastante diferente: aproximadamente, 80% destinam-se às atividades de custeio e apenas 4,6%, a investimentos.

Convém observar, contudo, que, comparando-se o total de crédito institucional destinado ao custeio com as despesas correntes desses agricultores (ver quadro 3), é provável que o total de crédito aplicado em custeio esteja superestimado e que maiores níveis de investimentos sejam, na realidade, efetuados.

Um fato comum entre os dois grupos de produtores, com relação ao crédito formal, é que cerca de 14 a 15% desse crédito foram "desviados" para atividades de consumo, o que demonstra, de certa forma, um baixo nível de poupança por parte desses agricultores.

<sup>6/</sup> Considerando-se que existem 51 proprietários na amostra, o total de crédito institucional destinado ao custeio, por agricultor, seria da ordem de Cr\$ 62,00.

A seguir, apresenta-se análise semelhante para o crédito informal e as compras a prazo, cujas estimativas podem ser observadas, respectivamente, nos quadros 14 e 15.

**QUADRO 14 – Distribuição do Crédito não-institucional, segundo as alternativas de uso, por grupos de produtores, Município de Canindé (CE), 1974/75; (Cr\$ 1,00).**

Grupos de Produtores	Total	Investimento	Custeio	Consumo	Comércio
Proprietários	8.240 (100,0)	5.220 (63,4)	100 (1,2)	2.920 (35,4)	—
Parceiros	9.085 (100,0)	330 (3,6)	710 (7,8)	6.945 (76,5)	1.100 (12,1)
Proprietários/Parceiros	1.250 (100,0)	— —	350 (28,0)	900 (72,0)	—

**Nota:** Os valores entre parênteses representam o percentual em relação ao total.

**QUADRO 15 – Distribuição das compras a prazo, segundo as principais finalidades, por grupos de produtores, Município de Canindé (CE), 1974/75; (Cr\$ 1,00).**

Grupos de Produtores	Total	Insumos	Móveis e Utensílios
Proprietários	72,80 (100,0)	72,80 (100,0)	—
Parceiros	1.108,75 (100,0)	738,75 (66,6)	370,00 (33,4)
Proprietários/Parceiros	— —	— —	— —

**Nota:** Os valores entre parênteses representam o percentual em relação ao total.

Observa-se que, mesmo com esse tipo de crédito, há uma marcante tendência por parte dos proprietários para os dispêndios com investimentos. Ao contrário, os proprietários/parceiros não fazem nenhum investimento com esse tipo de crédito, e os parceiros investem apenas 3,6% do crédito informal recebido.

O quadro 14 demonstra, ainda, que, exceto para os proprietários, a maior parte (cerca de 72 a 76%) do crédito não-institucional obtido pelos agricultores de baixa renda, destinam-se ao consumo.

Em resumo, isso é uma evidência de que os agricultores, em geral, aplicam o crédito institucional em alternativas produtivas, sendo poucos os “desvios” para atividades de consumo, preferencialmente, atendidas pelo crédito informal.

Resultado bastante semelhante foi encontrado por BISERRA (2), para o município de Missão Velha, Estado do Ceará. O mesmo autor acredita, inclusive, que a maior



liberdade dos agricultores em manipularem os financiamentos informais, e a supervisão ou fiscalização impostas pelas fontes creditícias oficiais, conduzem os agricultores a esse comportamento.

Com relação às compras a prazo, embora frisando, mais uma vez, que elas devem estar bastante subestimadas, o fato de que a maioria delas visa à aquisição de insumos parece, em parte, justificar os baixos percentuais de crédito formal e informal destinados ao custeio por parte de seus usuários, no caso, proprietários e parceiros.

#### **4. CONCLUSÕES**

Como esperado, é muito baixa a percentagem de agricultores de baixa renda que usa crédito institucional. Os parceiros, por exemplo, não participam desse mercado de capital.

Como consequência, e por não possuírem poupanças suficientes, cerca de 40% desses agricultores recorrem ao crédito não-institucional.

Além de comum a todos os grupos de produtores, o crédito informal é bastante representativo no volume total de crédito recebido pelos proprietários e parceiros, participando, respectivamente, com 28% e 89% do total.

Os proprietários/parceiros, contudo, parecem bastante agressivos no mercado de crédito institucional, obtendo cerca de 7 vezes mais desse tipo de crédito do que os proprietários.

Os parceiros são os que menos utilizam crédito por hectare efetivamente explorado. Por outro lado, são os proprietários/parceiros, por serem mais agressivos, os que mais utilizam crédito por hectare.

A menor utilização de crédito por parte dos parceiros envolve uma série de razões, destacando-se a não anuência do proprietários, a não posse da terra e a instabilidade como parceiros que barram suas pretensões ao crédito formal e não lhes encorajam a investimentos e despesas operacionais maiores.

A cooperativa agrícola, que recebe recursos do Banco do Nordeste para o repasse aos agricultores, é a principal fonte de crédito institucional. Segue-se-lhe, em ordem de importância, o Banco do Brasil, através da agência localizada no município de Maranguape.

Os parentes e/ou amigos representam a principal fonte de crédito não-institucional para todos os grupos de produtores, devendo-se, porém, destacar que, para os parceiros, 44% desse tipo de crédito provém dos proprietários.

A maioria dos empréstimos (formais ou informais) obtidos pelos agricultores têm, no máximo, um ano de prazo, portanto, caracteristicamente de custeio.

Há, por outro lado, uma associação muito forte entre o escalonamento dos empréstimos informais e os períodos de colheita dos principais produtos agrícolas. Isso, certamente, conduz muitos agricultores, por não terem poupanças ou outras fontes de recursos, a venderem parte da produção logo após a colheita, quando os níveis de preços são baixos, para quitarem tais financiamentos.

Para uma razoável parte do crédito informal, os produtores, especialmente os parceiros, não pagam juros. Contudo, para o restante, taxas maiores de 50% a. a. e até acima de 100% a. a., o que acontece para cerca de 25% do crédito não-institucional recebido pelos parceiros, são cobradas.

Ressalte-se, porém, que, se se computar a perda da renda gerada pela venda de parte da produção, logo após a colheita, para quitar os empréstimos informais, as verdadeiras taxas de juros são bem mais elevadas que as discutidas.

A maioria dos empréstimos contraídos pelos proprietários (especificamente 71% do crédito institucional e 63% do informal) são aplicados em atividades de investimentos. Considerando-se, por outro lado, que maior parcela do crédito obtido por esses agricultores tem, no máximo, um ano de prazo, é bastante provável que se trate de investimentos de baixo custo e fácil capitalização.

Para os proprietários/parceiros, grupo bem mais agressivo no mercado de crédito, aproximadamente 80% do valor dos empréstimos formais destinam-se ao custeio das operações agrícolas e apenas 4,6%, a investimentos.

Embora cerca de 14% do crédito formal recebido pelos agricultores sejam "desviados" para consumo, os produtores, em geral, aplicam o crédito institucional em atividades produtivas, sendo os "desvios" para consumo, preferencialmente atendidos com o crédito informal.

## 5. ALGUMAS SUGESTÕES DE POLÍTICA

Apresentam-se, a seguir, algumas recomendações de política que poderão incrementar o uso de crédito rural pelos agricultores de baixa renda.

**Fortalecimento da Cooperativa** — O fortalecimento da cooperativa agropecuária que funciona no município, com recursos do Banco do Nordeste do Brasil, poderá ser de grande valia na tentativa de ampliar o número de pequenos agricultores que usam crédito rural. Além de reduzir os custos operacionais do Banco com esses empréstimos, o sistema cooperativista parece a fórmula mais eficaz no atendimento aos agricultores de baixa renda, pela redução da burocratização bancária, pelas facilidades que os produtores têm em dialogar com o pessoal da cooperativa e pelas possibilidades da cooperativa comercializar a produção, bem como vender-lhes os insumos necessários.

**Acordos entre o BNB e EMATER** — Como consequência dos acordos existentes entre o Banco do Brasil e o serviço de extensão, quase metade do crédito institucional recebido pelos agricultores foi fornecida por essa instituição bancária, através de sua agência localizada no município de Maranguape, a aproximadamente 102 km da área em estudo.

Considerando-se que no município existe uma agência do Banco do Nordeste, seria da maior conveniência que acordos semelhantes fossem firmados entre o Banco do Nordeste e o serviço de extensão. Tais acordos induziriam, sem dúvida, à maior expansão na utilização do crédito rural, bem como reduziria bastante os custos dos empréstimos contraídos, em Maranguape, pelos agricultores de Canindé.

## 6. LITERATURA CITADA

1. ARAÚJO, I. T.: **Comercialização do algodão em caroço nos municípios de Quixadá e Missão Velha.** Departamento de Economia Agrícola, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1975. (Dissertação de Mestrado).
2. BISERRA, J. V.: **Uso e impacto do crédito na produtividade dos insumos e a alocação dos fatores de Produção na agricultura. Município de Missão Velha (CE), 1971.** Departamento de Economia Agrícola, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1976. (Série Pesquisa, 3).
3. DILLON, J. L. & MESQUITA, T. C.: **Atitudes dos pequenos agricultores do sertão do Ceará diante do risco.** Departamento de Economia Agrícola da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1976. (Série Pesquisa, 12).
4. DUARTE, J. C. e outros: **Aspectos sócio-econômicos da cultura de algodão arbóreo.** Ministério da Agricultura – SUPLAN. Brasília, 1972.
5. LIMA, D. M. de A.: **Viabilidade econômica de cultivos a tração animal em algodão mocó pelos agricultores de baixa renda. Município de Canindé – Estado do Ceará - 1973/74.** Departamento de Economia Agrícola, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1975. (Dissertação de Mestrado).
6. MIAJA e outros: **Mercado e comercialização dos principais produtos agrícolas do Nordeste.** Recife, 1969.
7. PATRICK, G. F.: **Pobreza rural no Brasil: determinantes e alternativas – Orientações para a Análise.** Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1975.
8. REEDER, J. G.: **Consumption Behavior of Cotton Farmers in the Northeast of Brazil.** The Ohio State University. Columbus, 1975. (Tese de Mestre).
9. SANDERS, J. H. & ALMEIDA, W. G.: **Fontes de variação de renda de pequenos proprietários e parceiros com sugestões para políticas (1973 - 1974).** Departamento de Economia Agrícola, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1976. (Série Pesquisa, 14).
10. SUPLAN/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA: **Relatório final do grupo de trabalho para promoção de agricultores de baixa renda.** SUPLAN.